



**Informe Actividades de
APPC – Asociación Portuguesa de Projectistas e Consultores**

Reunión Comité Ejecutivo de FEPAC

Lima, Peru, 23 de Marzo 2015



ÍNDICE

1. Situação económica do País e perspectivas económicas futuras.....Pág. 3
2. Mudanças e reformas recentesPág. 3
3. Actividade da Consultoria em Engenharia e ArquitecturaPág. 4
4. Actividades InstitucionaisPág. 5
5. Temas que merecem especial atençãoPág. 6

1. Situação económica do País e perspectivas económicas futuras

Portugal atravessou um período de 5-6 anos muito difíceis, em que o défice público e a dificuldade de financiamento da economia se afirmaram como factores condicionantes do desenvolvimento.

Estas dificuldades determinaram a necessidade de uma intervenção de apoio, suportada pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, e a consequente aplicação de um plano de ajustamento estrutural e de reformas da sua economia.

Este programa impôs uma forte austeridade, com grande diminuição do consumo e do investimento, quer privado quer público, a par de um forte aumento dos impostos directos e indirectos.

Como consequência, os salários baixaram, o desemprego aumentou, o PIB reduziu-se de forma significativa.

Uma boa parte dos sectores económicos fizeram uma aposta nas exportações, com sucesso, sobretudo fora do quadro da União Europeia. Paralelamente, as importações reduziram-se bastante, em função da diminuição do consumo e do investimento (privado e público).

A falta de dinâmica da economia europeia no seu conjunto constituiu uma limitação importante para que a economia portuguesa pudesse contornar o ajustamento interno.

Alguns números (em %):

	2011	2012	2013	2014(P)	2015(P)	2016(P)
PIB	-1,8	-3,3	-1,4	1,0	1,6	1,7
Desemprego	12,9	15,8	16,4	14,2	13,4	12,6
Exportações	7	3,1	6,4	3,8	5	5,4
Importações	-5,8	-6,6	3,6	5,9	4,4	4,8

Como se pode verificar pelos números acima indicados, espera-se que os anos de 2015 e 2016 sejam anos de alguma retoma de crescimento, embora tal dependa em grande medida dos cenários mundiais em aspectos tão importantes como sejam a evolução da cotação do petróleo e da relação cambial Euro/USD.

Espera-se que o investimento tenha um crescimento importante, até suportado por fundos europeus de coesão e pelo pacote de dinamização e crescimento da economia europeia.

Assim, admite-se que Portugal inicie agora um ciclo positivo que permita recuperar variáveis fundamentais.

2. Mudanças e reformas recentes

A reestruturação da economia que resultou da imposição do cenário de restrição financeira acima assinalado atingiu de forma diferenciada os vários sectores de actividade económica.

Um dos sectores mais afectados foi o da construção e imobiliário. Daí resulta uma afectação significativa do sector da consultoria em engenharia e arquitectura, o qual dificilmente recuperará o nível de actividade anterior ao ajustamento verificado.

Globalmente, foram empreendidas diversas reformas ao nível da administração pública, ao nível fiscal e relativamente à legislação laboral, flexibilizando a contratação colectiva e os despedimentos.

3. Actividade da Consultoria em Engenharia e Arquitectura

Ao longo deste período, o Sector da Consultoria em Engenharia e Arquitectura enfrentou uma situação muito difícil decorrente de uma excepcional queda do volume de actividade das empresas no mercado interno, com evidentes reflexos ao nível da sua sustentabilidade.

Os dados Oficiais agora disponíveis, com referência ao ano de 2013, evidenciam um forte decréscimo da actividade.

Observemos os dados brutos:

Tipo de Serviço Prestado (Arquitectura, Engenharia e Técnicas afins)	2013 (mil €)	2012 (mil €)	2011 (mil €)	2010 (mil €)	2009 (mil €)	2008 (mil €)	2013/ 2008 (%)	2013/ 2009 (%)	2013/ 2010 (%)
Total	1.824.105	1.872.929	2.144.099	2.563.114	2.495.964	2.351.887	-22	-26,9	-28,8
Serviços preparação planos e desenhos architect.	34.453	35.011	36.245	51.762	53.262			-35,3	-33,4
Serviços de arquitectura para edifícios	169.432	170.201	179.022	252.369	306.812			-44,8	-32,9
Serviços de urbanismo	12.969	14.159	23.437	35.263	27.262			-52,4	-63,2
Serviços arquitectura paisagista (inclui consultoria)	10.267	12.274	15.925	20.979	14.415			-28,8	-51,1
Outros serviços de arquitectura	10.866	5.531	13.947	13.640	9.002			20,7	-20,3
Serviços de engenharia	1.239.634	1.249.543	1.369.085	1.592.664	1.455.179			-14,8	-22,2
Serviços de gestão de projectos de construção	94.129	99.255	196.955	286.416	317.392			-70,3	-67,1
Serviços consul. e prospecção geológica, geofísica...	97.073	125.883	119.883	162.253	172.447			-43,7	-40,2
Outros serviços	155.282	161.072	189.600	147.768	140.193			10,8	5,1

Globalizando os Serviços predominantemente da área da Engenharia e da Arquitectura, teremos:

	2013 (mil €)	2012 (mil €)	2011 (mil €)	2010 (mil €)	2009 (mil €)	2013/2009 (%)	2013/2010 (%)
Globalização Serviços Engenharia	1.586.118	1.635.753	1.875.523	2.189.101	2.085.211	-23,9	-27,5
Globalização Serviços Arquitectura	237.987	237.176	268.576	374.013	410.753	-42,1	-36,4

Como podemos ver, a actividade global decaiu 28,8% entre 2010 e 2013, sendo que o decréscimo da actividade foi de 27,5% para os Serviços de Engenharia e uma queda ainda mais acentuada para os Serviços de Arquitectura (36,4%) no mesmo período.

Naturalmente que o VABpm acompanhou esta drástica redução da actividade, perdendo 25,6% no mesmo período, ainda que avaliado a preços correntes.

O número de Empresas reduziu-se em 19,9% e o Pessoal ao Serviço em 18,3%.

Como também vínhamos assinalando, estes números globais da actividade resultavam de dois movimentos de sentido contrário: uma drástica redução do mercado interno e um franco crescimento da actividade internacional.

Efectivamente, em 2013, as empresas exportaram 42% da sua actividade (10,7% para países da União Europeia e 31,3% para países terceiros - grupo em que se sabe que as exportações para Angola têm

particular destaque). Significa isto que, em 2013, apenas 58% da actividade desenvolvida o foi no mercado interno, ou seja, a quebra do mercado interno entre 2010 e 2013 terá sido de 48,2% (50% se 2013 for comparado com 2008 e 50% se comparado com 2009).

Comprova-se, portanto, sem qualquer margem para dúvidas, que o mercado interno se reduziu a metade, o que, se retirarmos contratos já assumidos no início do período e as operações de “manutenção” inevitáveis, o Sector foi confrontado com, praticamente, investimento “zero” neste período, no que ao mercado interno respeita.

Já as exportações tiveram um comportamento muito positivo.

Esperamos que a situação do mercado interno tenha estabilizado em 2014 e que venha a melhorar em 2015 e 2016, aliviando a pressão sobre as empresas que sobreviveram a este “ajustamento”.

4. Actividades Institucionais

A APPC tem conseguido um enquadramento interessante do ponto de vista da capacidade de articulação e diálogo com os principais agentes do sector, institucionais, reguladores e parceiros.

Desse ponto de vista, tem sido possível a tomada de posições e continuamos a ser considerados um parceiro relevante do sector.

Uma das grandes dificuldades tem a ver com a degradação das condições de contratação.

O mercado interno português, para além da sua retracção e escassez de oportunidades, tem apresentado uma dificuldade adicional para as empresas, resultante da adopção, em 2008, de um novo Código da Contratação Pública.

O Código tem vindo a ser mal aplicado por parte dos donos de obra, o que tem conduzido a que as contratações se façam por vezes com condições bastante penalizadoras para as empresas, designadamente em termos de preço e pela não consideração de critérios objectivos de avaliação qualitativa das propostas apresentadas a concurso.

Por tal facto, a APPC tem sido e continuará a ser muito activa neste domínio.

A APPC tem vindo a trabalhar de uma forma permanente com outras entidades com interesse no Sector (as associações de empresas do sector da construção, as ordens profissionais dos engenheiros e dos arquitectos, ...) e com as entidades públicas com responsabilidade na regulação do mercado, na tentativa de se ultrapassar esta situação.

O facto de ter sido recentemente aprovada uma nova Directiva da União Europeia aplicável às compras públicas constitui uma boa oportunidade para alterar os factores críticos do actual regime. Essa Directiva deve ser transposta para a legislação dos países europeus até meados de 2016, estando a APPC a enviar os melhores esforços no sentido de que essa transposição se faça o mais rapidamente possível e que permita ultrapassar os constrangimentos actuais.

De facto, actualmente, a maior parte dos contratos são atribuídos após um processo de avaliação das propostas em que o único critério aplicado é o do mais baixo preço, geralmente a um nível de 50% do preço base (o preço base é o preço estimado pela entidade que lança o concurso, que constitui o preço máximo, ou seja, não pode ser ultrapassado pelos concorrentes). Cinquenta por cento do preço base é também, na legislação portuguesa, o limite para que o preço seja considerado anormalmente baixo.

A não consideração dos atributos técnicos das propostas tem constituído uma restrição efectiva em Portugal, não favorecendo a visão do ciclo de vida do empreendimento e descurando as características qualitativas das propostas.

Nestas circunstâncias, é fácil perceber que o efeito conjugado da escassez de trabalho e da incorrecta aplicação dos critérios de avaliação das propostas, tem conduzido as empresas do Sector dependentes do mercado interno a uma situação muito difícil, tendo já desaparecido muitas delas.

5. Temas que merecem especial atenção

Em alguns dos países membros da FEPAC continua a ser bastante limitada a possibilidade de empresas portuguesas poderem desenvolver a sua actividade.

Persistem ainda barreiras ao reconhecimento das qualificações e competências dos técnicos e ao reconhecimento da experiência das empresas nas diferentes áreas de actividade.